

A Rede Goiás e a construção do Poder Popular

Refletir como a Rede em Goiás vive a construção do Poder Popular, nos reintera o desejo e a necessidade de sistematizar nossas experiências, além de nos reafirmar a intenção política de transformação social, das quais ao longo do texto queremos rememorar com o cuidado de não cairmos na simples enumeração dos fatos e parecermos tarefeiros e pouco féis aquilo que deu qualidade aos acontecimentos vivenciados, buscamos a construção coletiva, os relatos escritos e orais como excelentes possibilidades de nos livrar de tal armadilha.

O modelo contemporâneo de economia mundial respira a lógica de subordinação da sociedade às leis do mercado, visa o lucro, a produtividade e a competitividade, em um esforço de romper fronteiras comerciais. Dessa forma, trabalham na ampliação de fusões entre empresas transnacionais para que assim ventos fortes soprem fazendo navegar o mercado financeiro. Em Goiás essa lógica cruel de opressão não difere e recebe o nome gringo de Agro - Business.

No encontro da Rede de Educação Cidadã-GO, que aconteceu na região sudoeste do Estado em 2010 - região de expansão do agronegócio, perguntamos quais as características do projeto hegemônico? Os trabalhadores e educadores sabiam na pele as dores da dominação capitalista, que tem como característica: a concentração de terra, monocultura, investimento de capital, agropecuária extensiva, exploração do trabalhador, êxodo rural, domínio/monopólio do mercado, degradação ambiental, especulação imobiliária, desigualdade social, burocracia etc. A lógica, desse projeto, é que tudo poderia se transformar em negócio, um modelo planejado pelos donos das grandes propriedades rurais e urbanas, que sobrepõe e impõe a outros projetos, tendo como consequência a criminalização dos movimentos sociais, a violência, desemprego, fome, individualismo etc. O Estado se beneficia justamente por esse modelo, ocupa politicamente, além de convencer as pessoas de que esse modelo é bom, ou seja, é um projeto de dominação ideológica que utiliza dos meios de comunicação de massa que estão em sua maioria nas mãos de poucas famílias burguesas. A comunicação passa de direito ao negócio, são mantidos como ferramentas dessa lógica excludente e mercadológica.

As empresas multinacionais ao lado de um Estado enfraquecido e ao mesmo tempo conservador, “se associam na manutenção do sentimento ilusório de “bem estar

social”, que imprimiu no imaginário coletivo brasileiro a consolidação de um Estado de direito aparentemente democrático” (TRANSPADINI, 2010).

É oportuno lembrar que o Regime militar teve seu início com o golpe de 31 de março de 1964, com os militares no poder varias atrocidades foram cometidas: prisões, mortes e tortura de muitas pessoas, instituições foram reprimidas e fechadas, seus dirigentes presos e enquadrados, suas famílias vigiadas. Todavia, houve grande resistência e apesar das greves de trabalhadores e estudantes proibidas consideradas crime, os sindicatos sofreram intervenção federal, os militantes, intelectuais e revolucionários lutavam e somada com uma hiperinflação, ocorre o final do governo militar em 1985. O autoritarismo na América Latina, sob direção do departamento Norte Americano, dura até os anos 80 e provoca um intercâmbio na esquerdas, das universidades, dos intelectuais, militantes e movimentos sociais que surgem no continente latino, com trocas de exilados e experiências. Tais fatos históricos são importantes para entendermos a coragem dos bravos revolucionários que lutaram pela liberdade, justiça e emancipação e pela redemocratização e democratização do país,

Confesso que peguei em armas, lutei e mais vou lutar – com a utilização dos meios adequados a cada situação concreta – por um país em que todos tenham liberdade, paz e pão, um Brasil socialista. Não serei solto por concessão das classes dominantes e do seus propositos, mas pelo resultados das lutas de quem não se curvou diante da prepotência e da brutalidade avassaladora. Portanto, continuarei tendo a independência necessária para jamais conciliar com os enganadores do povo. (Pinheiro Salles, 2008).

Nesse contexto surgem as comunidades eclesiais de base (CEBs), que se espalharam no Brasil e na América Latina em que revigorava a consciência de classe, fundamentados na teologia da libertação; As mobilizações do Movimento Estudantil a luta sindical do ABCD paulista, marcado pelas greves brancas nas fábricas e a construção do Partido dos Trabalhadores (PT) que apontava para o socialismo, emancipação dos trabalhadores e acabar com a relação de exploração.

O governo norte-americano e os organismos financeiros internacionais (FMI, Banco Mundial e BID) com o intuito de pensar e promover reformas econômicas que iria submeter à América Latina na proposta neoliberal, que a hegemonia norte-americana, objetivou por meio das cooperações financeira externa, bilateral ou multilateral, o que fez mudar, significativamente as políticas públicas no Brasil, que teve como marco histórico o fim do Regime Militar.

Assim, a década de 1990 apresenta conquistas no campo legal como o Estatuto da Criança e Adolescente; o Estatuto do Idoso; Lei Orgânica da Assistência Social, todavia, o povo brasileiro, principalmente as classes populares, amargaram o peso da dívida externa, uma inflação monstruosa que fazia mudar o preço dos produtos básicos, como por exemplo, a alimentação, até duas vezes no mesmo dia. Nesse cenário, as empresas do Estado vêm forçadas a atuar no mercado econômico como reguladoras de preços; de bens, dos níveis de renda.

Na década de 1990, Fernando Collor de Mello é eleito presidente do Brasil, faz a opção de seguir a cartilha do Consenso de Washington e adota políticas predefinidas pelo FMI, causando assim, infartos nos menos avisados ao sequestrar as poupanças de milhares de poupadores que tinham suas economias depositadas nos bancos em solo brasileiro. Collor é afastado da presidência, por um levante popular e por parte da burguesia brasileira. Em 1 de Janeiro de 1995 assume como presidente brasileiro o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que manteve o processo neoliberal com as reformas, privatizações de várias empresas estatais a preços muito baixos a partir dos interesses econômicos do capital estrangeiro e nacional até o ano de 2003, quando assume o operário Luiz Inácio Lula da Silva que avança nas políticas sociais e na participação através das conferências e conselhos, mas não radicaliza nas questões estruturais.

Contudo, em uma espécie de retardo, os anos de dois mil e sete a dois mil e dez, assistimos um resfriamento nos movimentos sociais que segundo Sader (2010) em entrevista disponível no “Portal Ciência e Vida” traz que se fosse uma simples continuação do governo de Fernando Henrique Cardoso, indaga: “por que a mídia e toda a direita se oporiam tão fortemente ao governo Lula?”

Para o filósofo Sader (2010) há aspectos concretos que o governo Lula se mostra defensor das causas populares, das causas sociais. Por exemplo, melhorar a distribuição de renda, assim como aumentar a quantidade de empregos formais, contenção relativa aos preços da cesta básica, uma política externa soberana e uma política de cultura que privilegia a diversidade cultural. Contudo, no governo Lula em especial em Goiás permanece a hegemonia do capital financeiro, o predomínio do modelo econômico com peso fundamental na exportação de produtos de agronegócios transgênicos e não há uma cultura de apoio à economia familiar, dos pequenos produtores.

Esse recorte histórico auxilia na compreensão do mundo contemporâneo com um recorte ao Estado de Goiás, se contemplado sob suas anuências econômicas, se percebe uma tendência dos Governos estarem para as leis do mercado globalizado capitalista que vive uma transição. Dessa forma, sem a pretensão de abranger toda a complexidade que envolve o caminho goiano, trouxemos alguns, entre vários, aspectos que ocorreram para a transição do novo paradigma econômico que vem se fortalecendo em escala mundial e em quase todos os 340.086 km² do território goiano.

Na discussão do Seminário o Avanço do Capitalismo em Goiás, realizado no ano de 2008 a professora Ana Lucia, problematizou sobre o cenário goiano “UFG fez um levantamento 2% dos proprietários de dos meios de produção em Goiás são responsáveis por destruir cerrado. Eles são políticos, vereadores, governos, empresários etc. A gente não entende quem é inimigo de classe. Os donos do capital é que ganham as eleições. São inimigos também da humanidade, porque destroem a natureza”.

Os pequenos que venderam as terras foram vítimas da expropriação. Esse fenômeno forja os trabalhadores a migrarem para as cidades. O Real Conquista, está aí como exemplo, ocuparam uma terra que “produzia” lucro. E pelo Plano Diretor de Goiânia, apontava que a cidade ia crescer para o sudoeste. A ocupação do Real Conquista obviamente seria um entrave aos interesses da especulação imobiliária em Goiânia. Quando ocupam vêm a política e as forças armadas que existem para assegurar a propriedade privada. O capitalismo em Goiás está avançando e foi incorporando outras regiões. Em Pirenópolis, Benedita Cipriano da Silva, Santa Dica, articulou os camponeses para resistir, em 1929 a 1933. Destruíram o movimento e conseguiram cooptar a Santa Dica.

Em 1950, na região de Trombas e Formoso, os camponeses se rebelaram, e sob liderança de José Porfírio, criaram um movimento com autonomia, “o estado dentro do Estado”. Continua subindo, Bico do Papagaio, hoje Tocantins. Cada vez que o capital avança, encontra a resistência dos trabalhadores rurais. A indústria também foi avançando. Como ela avançou? Avançou através o Governo de Goiás (Íris, Marconi, etc) são ótimos para a burguesia, os donos das terras e indústrias. Íris com seu programa FOMENTAR, por exemplo, o Grupo ARISCO cresceu e é uma das principais potências industrial e de poluição ambiental. Trata-se de programa que presenteia os grandes grupos econômicos com isenções fiscais por longos períodos (ICN). O Governo além de

isentar, começou a emprestar o dinheiro. Um exemplo é a fábrica de automóveis Hynday. Só que elas não criam empregos, como prometem os programas, porque seu processo de produção é altamente autonomizado, sobretudo no período do Marconi, a Perdigão ganhou isenção de 17 anos em Rio Verde, região em que o agronegócio avançou de forma avassaladora.

Nessa perspectiva de mediar a “passagem da consciência ingênua e uma consciência crítica daqueles e daquelas que pela alienação, fruto da opressão que provoca a passividade, a luta individual pelos direitos civis apagada do senso comunitário dos que podem vir a fazer a mudança social no Brasil” (FREIRE, 1987), a Recid-GO no período de dois mil e sete a dois mil e dez, articulou e contou com a participação e ajuda dos Movimentos urbanos e rurais.

O desafio da rede de educação popular em Goiás, diante deste cenário que ressalta a diminuição da crença da ação política nas soluções de problemas, que convive numa crise latente de valores e de um avanço sem precedentes do campo tecnológico e científico à força da separação distanciando os oprimidos da terra, da moradia, da alimentação adequada, da saúde, é contribuir com a formação de senso crítico e reflexivo a base do diálogo e uma intenção política que os tornem todos capazes de libertar o indivíduo do controle exercido pela as amarras exploratórias do capital e da avalanche de informação que chega despejada sem qualquer filtro de crítica, considerando que a pura informação pela informação não é sinônimo de saber, de atualização ou de conscientização.

Experiência da Rede no período 2007-2010:

As leituras de conjuntura e da estrutura brasileira realizada pela Recid, com recorte na década de 90, apontam o neoliberalismo como modelo hegemônico no Brasil e conseqüentemente em Goiás, a partir dos interesses econômicos do capital estrangeiro e nacional, reformas, privatizações fortalecimento do agronegócio, a priorização da monocultura como a cana de açúcar e soja, a criminalização e cooptação dos movimentos sociais.

Percebemos que essa realidade é dolorida para a classe trabalhadora, mas em contraponto assumimos o compromisso coletivo de lutar por uma sociedade justa,

fraterna e igualitária. Nesse contexto a Rede de Educação Cidadã (Recid) busca como ferramenta política e metodológica a **educação popular** (EP) freireana que possibilita o fortalecimento do trabalho de base da classe trabalhadora pela classe: protagonismo popular, partir da realidade, compreender como sujeito histórico, concepção política, diálogo, intencionalidade e organização que é o fazer político.

Na história da Recid, percebemos o amadurecimento que reflete diretamente nas mudanças (de opções políticas e estratégicas) saindo da atuação de nucleação de famílias e controle de políticas públicas ligada ao Fome Zero com enfoque à segurança alimentar e nutricional sustentável, para trilhar os passos da educação popular com a sociedade civil organizada. O divisor de águas nesse momento histórico foi à construção coletiva do projeto político pedagógico e o projeto popular para o Brasil.

A Rede em Goiás é um espaço de articulação política da sociedade civil organizada e também espaço de formação com diversos atores. As opções de organização da rede, no Estado, passam pelos desafios da conjuntura local, em 2007 os movimentos sociais denunciavam a truculência policial na ocupação urbana-Parque Oeste Industrial, a proibição da prefeitura na coleta de material reciclável pelos catadores (atravessador público e privado do lixo, o que antes era subsistência humana, foi terceirizado para o lucro); denúncia do modelo energético, o alto preço da energia, com o lema “águas para a vida, não para morte! “água e energia não são mercadoria” e o extermínio da juventude da periferia. Esse contexto de sabotagem e criminalização dos movimentos sociais exigiu mudanças na organização interna da Recid GO. A decisão política foi à atuação por três segmentos, que foi denominado de eixos: juventude, campo e cidade. O objetivo foi fortalecer o trabalho de base desses grupos historicamente excluídos e articular as bandeiras de luta, do campo, da cidade e da periferia em torno de um projeto coletivo.

Em 2008, a Recid-GO, organiza-se a partir dos anseios de vivenciar o PPP que foram provocadas por sua construção coletiva, sua intencionalidade, e apontamentos de uma organicidade horizontal e dialógica. O caminho encontrado foi à organização por temas geradores. Este modelo tenta ser mais coerente com a metodologia proposta pelo Projeto Político Pedagógico. Com ele tenta-se superar a idéia de oficinas como “moeda-de-troca” ou “quota parte” dos “acionistas” da rede,

que quanto mais têm influência mais oficinas terão. A idéia é formar uma rede que trabalhe com a educação popular, a partir dos seus princípios metodológicos/filosóficos e realizar o trabalho desde o planejamento até a execução por um maior número possível de grupos e pessoas. A busca da organicidade e da participação entre os integrantes é o principal objetivo deste modelo proposto.

O que difere em 2009/2010 é que as ações foram planejadas por campo temático (Formação e trabalho de base, comunicação organicidade e articulação política) orientada pela pesquisa participante. Em cada campo foi priorizado desafios colocados pela análise da realidade e pela organização interna da rede a ser superado com diversas ações a partir dos processos de formação e ação política.

A gestão compartilhada é vivenciada pelos diversos sujeitos dessa rede. Um avanço é a prática na tomada de decisões em todas as suas complexidades (Nacional, Estadual e local), nos processos político pedagógico e na transparência do recurso público. Em Goiás, as ações são norteadas pelo planejamento participativo, espaço ampliado de decisão política, pedagógica e financeira, já o processo de avaliação, prestação de contas e construção do calendário de oficinas realiza-se nas reuniões ampliadas (espaço coletivo com a participação de dois representantes de cada grupo/movimento que integra a rede, em torno de 30 grupos.). A operacionalização e o acompanhamento das atividades são assumidas pela coordenação executiva composta pela equipe de educadores liberados, voluntários, entidade âncora e acompanhador. Uma das dificuldades são o retorno da coordenação executiva e grupos sobre encaminhamentos/demandas definidas coletivamente, o cumprimento das metas estabelecidas pelo convênio nem sempre caminha com a dinâmica estadual; e o principal desafio é a mudança do marco legal.

Formação e educação:

A formação no meio popular é a vivência da práxis reflexiva, revolucionária e emancipadora, se dá no dia-a-dia com o povo, a partir de sua realidade concreta com a perspectiva crítica da construção do conhecimento.

Nesse período, 2007 a 2010, a Recid-GO desencadeou vários processos de formação com sociedade civil a partir dos objetivos: Garantir o exercício concreto da metodologia em educação popular crítica freireana; sensibilizar os coletivos nas

lutas mais amplas e Também para as políticas públicas; avançar no campo da sustentabilidade para garantir autonomia da Rede; denunciar e confrontar a violação dos direitos humanos em Goiás com um recorte de gênero, etnia e classe com enfoque para a criminalização dos movimentos sociais; discutir as novas táticas e estratégias da classe trabalhadora; intervenções sobre o avanço da cana e das hidrelétricas em Goiás e articulação do PPB com outros coletivos para construção do projeto popular.

As principais temáticas discutidas nas oficinas, encontros, debates e rodas de conversa foram: democracia, direitos humanos, socialismo, avanço do capitalismo, formação do estado, projeto de sociedade, cultura popular, meio ambiente, trabalho de base, economia popular solidária, educação popular, políticas públicas, gênero, diversidade sexual, juventude, democratização da comunicação, sistematização, reforma agrária/urbana, mística e poder popular. O desafio permanente do trabalho de base é articular as temáticas e as lutas, na perspectiva de superar as ações pontuais em processos de formação continuada e intencional. Percebem-se, ainda, ações individuais e fragmentadas, atropelos na caminhada e algumas práticas descoladas dos princípios da educação popular crítica. A missão é que as centenas de oficinas realizadas contribuam para o fortalecimento do poder popular, para isso foi definido que as atividades fossem acompanhadas pelos educadores (as) liberadas do Estado.

Para superar essas dificuldades foram propostos dois processos de formação político/pedagógico que dialogam entre si para potencializar o trabalho de base:

1º- As Escolas de Educadores Populares: Realizada desde 2007, em etapas, com educadores (as) populares para aprofundar a concepção de EP crítica formulada e experimentada por Paulo Freire, suas opções políticas/pedagógicas, princípios, referenciais do método freireano (pesquisação, falas significativas, contra-tema e tema gerador) e reflexão das práticas à luz da metodologia da EP (práxis-prática e consciência da prática) de educadores (as) populares. As primeiras formações foram assessoradas pelo Gouveia, Guadalupe e Ana Inês, as demais pelos próprios educadores que assumiram a tarefa de serem multiplicadores do processo: Andréia Crispim, Ângela Cristina, Carlos Marcelo, Hugo Cassimiro, Valdeir Eterno e Willian Bonfim.

2º- Projeto de Sociedade: Desencadeado nos encontros macrorregionais, estaduais e microrregional, com enfoque para a compreensão do modelo hegemônico na América latina, no Brasil, na região centro-oeste e em Goiás, como afirma Roberta Traspadini, em exposição oral no encontro estadual sobre projeto de sociedade: “*não é possível dar conta do novo sem entender o real*”. Foram vários encontros de estudo/reflexão para aprofundar o funcionamento da sociedade, por exemplo: a formação histórica da sociedade; impactos do capital na região centro-oeste; Fórum Social do Cerrado em preparação ao Fórum Social Mundial; o avanço do capitalismo em Goiás; Projeto de Sociedade e Poder Popular; Característica do Projeto Hegemônico no Sudoeste do Estado, análise de conjuntura/estrutura a partir das realidades dos movimentos sociais dos eixos (juventude, campo e cidade) e discussão do novo projeto, que sonhamos construir coletivamente, com homens e mulheres, lutadores (as) da classe trabalhadora que é o PODER POPULAR.

Esses processos de formação política exigem estudo histórico, referência de sujeitos, concepção política e organização popular. A ferramenta utilizada para evidenciar as contradições dos projetos que estão em disputa, ou seja, tomar partido da realidade com instrumentos de leitura de forma crítica, construindo uma nova visão sobre a realidade é a Educação popular. O desafio colocado para cada educador (a) é organizar, junto à sua comunidade e coletivo onde atua o programa de formação, buscando coerência entre teoria e prática.

Ação política e sujeitos

Os processos prioritários de ações política/articulação e mobilização social, de massa e de base, teve seus apontamentos nos planejamentos anual da recid-GO, Destacam-se as intensas mobilizações organizadas pelo Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável; o tradicional grito dos excluídos na semana da pátria, os atos políticos contra a barbárie da desocupação Parque Oeste Industrial; as incansáveis marchas pela reforma agrária que ecoam gritos por justiça em todo o canto. O plebiscito/consulta popular, da Vale e do limite da propriedade da terra, que força o Estado a mexer na sua estrutura. As campanhas de denuncia do modelo econômico: extermínio da juventude, maioria penal e modelo energético; articulação com: Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos (FEAJA), Articulação Nacional de práticas de educação popular e saúde (ANEPS), Comitê Estadual de Educação e

Direitos Humanos, Fórum Estadual de Economia Solidária e Conselho Municipal e Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Participação nas conferências: Economia solidária, segurança pública, direitos humanos, comunicação e educação, essa última teve como resultado os princípios da educação popular como política pública. Parcerias pontuais com programas de políticas públicas: CRAS, CRES, ProJovem Adolescente, Terceira Idade, CEMEI, Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e com a Faculdade de Nutrição da UFG e CEPEC.

A rotatividade dos grupos e das pessoas é uma das contradições enfrentadas nesse período. Por um lado é um fator positivo, pois, sempre chega novas pessoas, com novas experiências para partilhar e somar ao processo coletivo; mas por outro lado é um fator negativo, dificulta a continuidade do processo formativo. Ainda não conseguimos garantir um processo formativo sistemático com os mesmos sujeitos.

“A diversidade dos grupos com suas linguagens, costumes, bandeiras de luta, místicas é um dos encantos do nosso trabalho, percebemos a diversidade na unidade e, às vezes, o crescimento no conflito e no confronto” (Carta pedagógica- 2008). A Rede em Goiás é formada por mulheres, homens, jovens e crianças, que participam de diversos movimentos/grupos como: Movimento Sem Terra (MST), Movimento Popular Terra Livre, Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCMR), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Movimento quilombola, negro, Hip-Hop, Parque Oeste Industrial (sem teto), Movimento de Vídeo Popular (MVP), Pastoral da Criança, Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), Pastoral da Juventude (PJ), Agente de Pastoral Negro (APNS), Pastoral da Criança, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Habitat Para Humanidade (HPH), Instituto Sócio Educativo Juvenil (INSEJ), Fórum Goiano de Educação de Jovens e Adultos (FEJA), Fórum Goiano de Economia Solidária (FGECOSOL), Instituto Tecer o Saber (ITS), Casa da Juventude (CAJU), Núcleo de Assessoria Jurídica Popular (NAJUP), Cerrado Assessoria Jurídica Popular, Casa do Estudante (CEU), Diretório Central dos Estudantes (DCE-UFG), Escola Família Agrícola de Orizona (EFAORI), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Circo Lahetô, Centro Cultural Cara Vídeo, Eldorado dos Carajás, Colcha, Ipê Rosa, Oxumaré, Instituto Brasil Central (Ibrace), Dandara, Visual Ilê, Coletivo Jovem Pelo Meio Ambiente (CJ), Rede Trama, Fórum do Grito dos Excluídos, Capoeira Angola. Esta diversidade contribui para desencadearmos processos de formação e articulação política, coletivamente, bem como o acúmulo de experiências para fortalecer as ações e a construção do PPB. *“O poder instituído tem muito medo da organização popular” (Joana Dar’c – educadora popular).*

Poder Popular

A análise do que foi a caminhada da Recid em Goiás de 2006 a 2010, junto à sociedade civil organizada e pelos os movimentos sociais no processo de construção do "poder popular", faz perceber pela abordagem de temas complexos e contraditórios citados acima, tais como: a violência policial; o extermínio da juventude; a dependência fármaco- químicos; os comerciantes e as vítimas da cocaína e seus derivados como o crack; o atravessador público e privado do lixo, o alto preço da energia, etc., que os avanços não ficaram somente na reflexão, mas, se objetivaram, nas mobilizações do Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável; no grito dos excluídos; nas manifestações contra a desocupação Parque Oeste Industrial; as marchas pela reforma agrária e o plebiscito/consulta popular da Vale e do limite da propriedade da terra, para citar apenas alguns.

A rede em Goiás no processo dinâmico enfrentou e enfrenta dia – a – dia, na luta revolucionária de construir um Brasil a partir do poder popular, organizado sob o vigor do “protagonismo político” (TRANSPADINI, 2010), em que os “oprimidos” (FREIRE, 1985), em um processo dinâmico de construção social, “tenha a participação integral dos diversos atores e movimentos sociais” (MARINI, 2006), “como sujeitos e não subjugados ao poder do capital neoliberal- burguês que cria uma atmosfera ingênua de consciência e alienação históricas, mantenedoras do o *status quo* de opressão, combate a barbaria social capitalista por meio da organização social e uma pedagogia com base no dialogo amoroso e na sistematização intencional de experiências” (FREIRE, 1985), visto que, a revolução deve ser concebida como um processo dinâmico promotor de mudanças democráticas e não apenas como uma ruptura pela ruptura.

Para Freire (1977) a revolução trata-se de um processo político pedagógico com a declarada intenção de transformação, que para tanto, há a exigência de reconstrução do poder em novas formas de relação, principalmente em tempos como o que estamos vivendo, sem a negação da existência de uma crise, especialmente, por certos atores e movimentos sociais. Dessa forma, o nosso olhar para os anos de 2007 a 2010 denuncia um esfriamento no processo de luta social no Brasil, em particular em Goiás. Acreditamos que esse arrefecimento se deu, pela substituição constante dos agentes nos movimentos sociais, visto que, “a concepção e uma prática de poder popular têm sua produção específica, universal e produção próprias” (ROCHA, 2010).

Com a saída dos mais antigos e entrada de novas pessoas no processo de resistência, instaura-se a necessidade de acolher e envolver quem chega. Outro aspecto importante: “a sociedade brasileira em seus encontros e desencontros reforça uma elite que se esforça em desenraizar-se e travestir-se de moderna e global preservando preconceitos e práticas excludentes de um período colonial escravocrata, ainda presente em nossos dirigentes políticos e empresariais” (MORAES, 2010).

“Esse cenário de instabilidade contextual, sem dúvida, atualiza as formulações e a práxis pedagógica Freiriana, sustentada no profundo amor ao mundo e aos homens, no movimento criação/ recriação, uma vez que só existe saber na reinvenção, na busca inquietante, impaciente e permanente que os homens fazem no mundo, na esperança essência da imperfeição humana levando-a uma eterna busca” (FREIRE, 1975 e 1987; RODRIGUES, 2007).

Nessa perspectiva de fortalecer a adesão das organizações e movimentos sociais ao processo de articulação e formação como força transformadora (ROCHA, 2010), o processo de sistematização nos permitiu reconhecer, que de fato, a Recid em Goiás, buscou coerência com o projeto popular de nação do qual defende a promoção dos direitos humanos, mas vai além, na perspectiva de autonomia, imersos aos princípios do PPP que “concebe o poder popular além da premissa básica da cidadania capitalista neoliberal baseada em deveres, com direitos atrelados a eles (TRANSPADINI, 2010).

Como relatamos acima, por meio das oficinas e encontros estaduais que objetivavam planejarmos nossa caminhada juntos: assumimos desafios ao mesmo tempo que nos fez minimizar a imagem contraditória da rede, um tanto fruto, da sua constituição orgânica, que traz um pé dentro e outro fora do governo federal.

Outro ganho foi fortalecer a rede como uma verdadeira rede interessada em articular indivíduos e coletivos com o objetivo ético, intencionalmente político de chegarmos às mudanças sociais praticas concretas que alterem a consciência ingênua e paternalista que mantém milhões de brasileiros na idéia de sujeitos de direitos individuais, que entre outras, “mantém a premissa básica da cidadania capitalista clássica no direito de consumir e o dever civil obrigatório de arcar com o pagamento da dívida (TRANSPADINI, 2010).

O processo de sistematização foi rico no sentido de permitir visibilizar ações concretas da Recid – GO, por exemplo, de contribuir na formação crítica de educadores orgânicos nos movimentos sociais, na política pública, ainda que na análise de vários teóricos e educadores sociais, a possibilidade dos movimentos sociais estarem retraídos, ainda que o governo federal não tenha sido perfeito, na mudança estrutura do estado, mas é um governo que veio dos próprios movimentos sociais, lá na sua primeira elaboração de um plano de governo popular democrático, posteriormente assumiu a linha desenvolvimentista. Com todas as contradições do Governo são notório as contribuições para políticas sociais no país (de mulheres, juventude, afro descendente, a unificação da assistência social, o SUS, educação e varias outras iniciativas sociais).

Diante de como está composta a economia do estado de Goiás, baseada na produção agrícola, na pecuária, no comércio e nas indústrias de mineração, alimentícia, de confecções, mobiliária, metalurgia e madeireira, sem contar com o desafio de ter que conciliar a expansão da agroindústria e da pecuária com a preservação do cerrado, considerada uma das regiões mais ricas do planeta em biodiversidade a visão estratégica, centrada na questão da “tomada do poder”, vem junto à questão de uma educação que elimine a educação bancária que “nesse processo sócio-histórico de mudanças paradigmáticas, as transformações gerais parecem reconfirmar as relações humanas, enquanto que o quadro social e econômico em que vivemos apresenta, de maneira explícita e direta, as conseqüências da desigualdade”. (CUPOLILLO E COSTA, 2004).

Nesse sentido Rocha (2010) entende que para fazer possível outras relações sociais não se podem perder de vista que os fatos parecem indicar a necessidade de continuar tendo como base uma forte independência das classes oprimidas, no ritmo de um povo que está construindo seu destino ao ritmo que as condições históricas habilitem. As escolhas, as relações, as alianças táticas e explícitas devem ser feitas desde essa perspectiva de independência. Assim, “a formação evidencia que a luta e a organização devem servir de elementos constitutivos no processo de compreensão da realidade a ser transformada. A formação é base de consolidação de uma teoria da ação revolucionária. Base esta que coloca em movimento permanente o que se tem e o que deve ser superado para se concretizar o que se quer” (TRANSPADINI, 2010).

A experiência da Recid nos processos de formação faz esse movimento dialético “teoria da ação”, parte das realidades concretas dos movimentos/grupos e a ferramenta metodológica é a educação popular.

E a rede futuramente? Consideramos que nesse momento, na relação estado e sociedade civil, é bem mais fácil a articulação e a construção dos processos de formação. Pois, o recurso público, potencializa o trabalho de base, bem como o trabalho articulado entre diversos atores na perspectiva da construção do Projeto Popular Para o Brasil. A discussão que tem sido feita no estado, através do grupo de trabalho sobre sustentabilidade da Recid e no encontro macrorregional centro-oeste, passa pela continuidade da rede, independente dos cenários eleitorais e/ou recursos públicos. O desafio é garantir os processos político/pedagógico que estão em construção. Com um Governo de esquerda acreditamos que o diálogo em torno da importância de manter e ampliar o recurso público seja possível e sucessivamente as ações e o número de educadores nos estados.

Em suma, a rede em Goiás no contexto social, histórico e cultural em que se encontra a questão do poder Popular, está intimamente ligada em um projeto de sociedade (RECID – BRASIL, 2010). O processo político pedagógico proposta pela educação popular em Goiás caminha com as luzes fortes de atores e agentes sociais capazes de entender a educação popular como uma das possibilidades de superação do poder hegemônico do capital opressor. Para cumprir a missão de refletir a realidade local; escolha de questões geradoras apoiou-se nas rodas de conversas, visto que o cumprimento de uma verdadeira práxis pedagógica popular há de converter em direção à tomada de consciência das classes dominadas de nossas sociedades, na ação política capaz de traduzir a tão ansiada libertação, isto é, a Rede em Goiás, se coloca em dialogo com os movimento sociais com a postura de escuta para que possa assim, está na luta coerente aos anseios dos atores envolvidos e não fazendo para eles, como partilha a senhora Terezinha Lima Silva, do Real Conquista, no depoimento abaixo:

Eu sempre digo da importância que teve a rede, grito dos excluídos, fórum de apoio ao real conquista- que resultou no comitê contra violência policial. Pra mim a rede contribuiu porque nos mostrou o caminho para buscar nossos direitos, ganhamos experiência e sabemos que mesmo depois de “ter ganho a casa” precisamos continuar na luta, porque agora, precisamos de escola, saúde, quadra de esporte para nossos filhos, netos. Agora, agente sabe que temos outros métodos, enquanto tínhamos pau e pedra, eles tinham fuzil e canhão. A nossa história é triste de mais e ao mesmo tempo

tão bonita, uma resistência tão forte, um povo que acreditou, sem receio nenhum, dando inclusive a vida para a luta coletiva.

Diria um dos maiores educadores brasileiro, o sábio Paulo Freire, “A esperança está na própria essência da imperfeição dos homens, levando-os a uma eterna busca”. Assim buscamos diante das dificuldades como postura de método, discutir a questão do poder popular dentro da História e das sociedades concretas e, com isso, vivenciarmos uma multiculturalidade da qual cada movimento e/ou indivíduo em contato com a rede em Goiás possam se expressarem e contribuírem com a ousadia de sonhar um Brasil conduzido pelas deliberações popular. Todavia, a Rede assim como os movimentos sociais sofreu as contradições dos efeitos da atual conjuntura social que aliena propondo facilidades tecnológicas, a derrubada virtual de fronteiras geográficas e culturais, mas, ao preço do desenvolvimento alucinado do capital, da crise de valores, do isolamento e da troca do conceito de comunidade, para as salas de relacionamentos pela a internet em um país que milhões de brasileiros não tem casa, são analfabetos e se quer têm computadores.

O fato é que por um aumento ou não da possibilidade de mais pessoas ter acesso a bens de consumo e/ou com os efeitos da globalização, houve sem duvida, um deslocamento dos interesses que eram antes comunitários para os interesses da sociedade civil (GOHN, 2009).

Conforme dito anteriormente, ao adotarmos uma noção no imaginário da sociedade brasileira do Estado do direito ajudou a desarticular os movimentos sociais com a idéia individualista de cidadania de direito, que criou, entre outros, vários modelos que torna legitima a desigualdade de poder no espaço social fazendo legitima noção de mérito com base na construção de cidadania e de Estado “democrático de direito”, onde a burguesia se perpetua no poder e nega a possibilidade de levante da outra classe (TRANSPADINI, 2010).

Traspadini (2010) conceitua o poder popular como um processo de construção social da classe para si. Para a autora o poder popular é a consolidação de um poder com as formas e os conteúdos da classe trabalhadora e traz alguns desafios que reproduzimos na integra: Primeiro: organização popular da classe frente a um mundo do trabalho fragmentado, heterogêneo e diversificado; Segundo: compreender a atual forma-conteúdo da classe trabalhadora nos seus respectivos territórios e definir uma atuação concreta dos sujeitos a partir do cotidiano diverso da classe; neste caso a

educação popular nos permite dar novos significados aos encontros na produção cotidiana de um processo a ser protagonizado pela classe com compreensão dos limites e possibilidades frutos do nosso tempo histórico; Terceiro: consolidação de um projeto comum - que dispute as eleições, mas que vá além - nos elementos estratégicos cotidianos da classe em que estejam pautados os modelos de desenvolvimento, de educação, de agricultura, de saúde e de garantia do público, com redução gradativa ou radical dos espaços privados no que é estratégico para a classe; Quarto: materialização do poder popular nos territórios, nos espaços de ocupação da classe, na produção da vida, em que a propriedade privada dos fatores e meios de produção seja substituída pela propriedade comum no desenvolvimento sustentável do humano não mercantilizado e da vida regida por ele; Quinto: realização de outro conceito de vida, de sociedade, de relação internacional e integração centrada nas reais necessidades instituídas pelos trabalhadores do mundo, como protagonistas políticos do processo de desenvolvimento que realizam e que lhes pertence.

Por fim, compreendemos poder popular como emancipação da classe trabalhadora, que passa pela reestruturação radical das relações sociais/político/econômica a radicalização da democracia e tomada de decisões coletivas. Nesta perspectiva reconhecemos que o poder popular nasce das pequenas práticas; nas trocas de experiências; na humanização das relações; na busca pela horizontalidade entre homens-mulheres, campo-cidade na família, na comunidade, movimento e sociedade; na auto-gestão; articulação das lutas e ações conjuntas “não há socialismo sem poder popular e não há poder popular sem socialismo” (RECID- Equipe de sistematização: Compreendendo o Poder Popular).

Conclusão

Temos a prática de iniciar as atividades partindo da realidade da comunidade, ao longo desse período temos um acúmulo de reflexões, constatações e análise das realidades muitas vezes dialogada com a conjuntura nacional e internacional no exercício de ampliar a visão de mundo e voltar ao local para uma ação e com a percepção que a exploração não é algo isolado nessa comunidade; e algumas análises são, apenas, reprodutoras do conhecimento a lógica da academia.

As análises feitas nos encontros apontam a causa e consequência desse modelo opressor que passa pela desigualdade social, a priorização do capital como grande

salvador da pátria, a falta de políticas públicas que reflète diretamente na vida da maioria da população, os pobres, que sofrem com desemprego, violência, fome, etc.

A falta de um projeto que escuta o povo, que parta da real necessidade da população e que faça a diferença nos sujeitos, pautados por princípios da soberania e da construção coletiva é o principal desafio da classe trabalhadora. Sabemos que não temos, ainda, esse projeto popular e a ferramenta do partido está fragilizada. Os educadores (as) da Rede mantêm os anseios por um projeto popular, assim como está bem viva a indignação e a vontade de transformar esta realidade.

Ate o momento à rede tem sido um espaço de formação e articulação com a sociedade civil, com toda sua complexidade e contradições têm contribuído para a construção do poder popular a partir da realidade concreta dos movimentos sociais do campo, da cidade, grupos de mulheres, adolescente, jovens e sujeitos que ousam sonhar coletivamente.

Com todos os seus limites, como a rotatividade dos educadores, tanto dos educadores liberados como os movimentos/grupos neste espaço de formação e decisões coletivas, fazemos na recid mais que um espaço de formação e mobilização, as relações são fortalecida desde a acolhida dos sujeitos que chegam com rostos às vezes cansados e acabam descansando suas pálpebras nas plenárias, como também das mães que trazem seus filhos para ter a chance de participar das atividades. Tudo isso permeado de uma mística da gratuidade, com espírito de pertença neste espaço. Assim, a rede tem feito sua historia, às vezes com ações não tão coerentes com todos os princípios da educação popular e outros mais processuais, com a ousadia de enfrentar a realidade e cada vez mais comprometidos com a EP crítica, que busca garantir na prática o resgate e cultivo da coletividade, fazendo na/da luta a memória viva dos/das mártires desta caminhada, Com respeito à individualidade e a especificidade buscando na diversidade a unidade e a beleza da coletividade.

Muitos desafios ainda nos esperam e provocam aqui em Goiás: consolidar um processo de formação e sustentabilidade da rede com os atores já articulado até o momento, em função da alta rotatividade, constituir um grupo orgânico de movimentos em torno da bandeira da educação popular; articular os debates do conjunto da Recid (PNF, educação popular como política pública...) com a realidade do Estado, sem

desrespeitar os processos locais. Mas ao contrário de nos imobilizar, esses desafios e o compromisso com a transformação, pessoal e coletiva, de nossas práticas e da realidade nos motivam ainda mais a não esmorecer, a não abaixar a cabeça e a continuar firmes nesta jornada em que vamos nos construindo, mulheres e homens, apaixonados(as), num processo lento mas profundo de aprendizado, de vivências, de ações e de luta rumo a construção de um projeto popular.

Equipe responsável pela sistematização:

Ângela Cristina dos Santos Ferreira

Arlene Martins de Souza

Carlos Eduardo Bento

Joana Dar'c Aguiar

Queila Normando

Zilma Lima

Bibliografia

BEISIEGEL, Celso Rui. P. 264. Política e Educação Popular: A teoria e pratica de ____ Paulo Freire in: Ensaio 85. São Paulo, editora Ática, (1992) 3º edição.

COSTA, Adriana de Oliveira Barbosa. CUPOLILLO, Mercedes Villa. O uso de ____ instrumentos tecnológicos na construção da subjetividade da infância na contemporaneidade - A psicologia em diálogo com a educação - Orgs – Mercedes Villa Cupolillo e Oliveira Barbosa Costa – Edit. Alternativa. pp. 105 a 122. (2004).

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, 17ª edição – editora Paz e Terra S/A – São ____ Paulo, 1994.

FREIRE, Paulo. (1995) Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. 7. ed., São ____ Paulo: Olho d'Água, 1995.

FREIRE, Paulo.
____. Ação cultural para a liberdade. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GOHN, Maria da Gloria. Novas teorias dos Movimentos Sociais. São Paulo, editora ____ Loyola, (2009) 2ª edição.

MARINI, Ruy Mauro. A Constituição de 1988. In: Ruy Mauro Marini Escritos. ____ Disponível em:< http://www.marini-escritos.unam.mx/036_brasil_port.htm>
acesso em 19/09/2010.

MORAIS, Robson. As Formas Contemporâneas da Captura Capitalistas do Território Goiano: o novo sistema Produtivo 2010. Comunicação no Encontro: Projeto de Sociedade 2010.

ROCHA, Bruno Lima. A perspectiva do Poder Popular e das forças em acumulação. In: ____Portal Eco Debate Cidadania e Meio Ambiente. Disponível em:<

[http://www.ecodebate.com.br/2010/06/18/a-perspectiva-do-poder-popular-e-das-](http://www.ecodebate.com.br/2010/06/18/a-perspectiva-do-poder-popular-e-das-forcas-em-acumulacao-1-artigo-de-bruno-lima-rocha/)

[forcas-em-acumulacao-1-artigo-de-bruno-lima-rocha/](http://www.ecodebate.com.br/2010/06/18/a-perspectiva-do-poder-popular-e-das-forcas-em-acumulacao-1-artigo-de-bruno-lima-rocha/)> acesso em 14/09/2010.

RODRIGUES, Verone Lane. Pedagogia da Humanidade: por uma Epistemologia ____Feminina Freiriana. In: Revista Lusófona de Educação, 2007, 9, 51-59. Disponível

em:< <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/349/34911378004.pdf>> acesso em 19/09/2010.

SADER, Emir. Sem medir as palavras: O filósofo Emir Sader analisa o estrago ____provocado pelo neoliberalismo, no Brasil, e o avanço de governos de esquerda no

continente latino-americano. In: Revista Ciência e Vida: Filosofia. Caderno de entrevista. Disponível em

<http://filosofiacienciaevida.uol.com.br/ESFI/Edicoes/20/artigo74857-1.asp> acesso

em 17/09/2010.

SALLES, Pinheiro, 2008

TRASPADINI, Roberta. Desafios de um Governo Popular. In: Megafone. Disponível ____[http://www.megafone.inf.br/jornalismo/noticias/2179-desafios-de-um-governo-](http://www.megafone.inf.br/jornalismo/noticias/2179-desafios-de-um-governo-popular.html)

[popular.html](http://www.megafone.inf.br/jornalismo/noticias/2179-desafios-de-um-governo-popular.html) > acesso em 18/09/2010.

Documentos RECID:

Cartas Pedagógicas- publicada em 2008;

Projeto Político Pedagógico (PPP);

Relatórios pedagógicos – 2007 a 2010